

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado do Paraná Class.: 1129

Data: 14.01.82 Pg.: _____

**Itaipu oferece área
para índios do Ocaí**

Faltando um dia do prazo dado pela Funai à Comissão de Justiça e Paz, para encontrar uma solução para as nove famílias de índios guaranis que vivem em Barra do Ocaí, cuja área será alagada pelo lago de Itaipu, surgiu afinal uma proposta. Depois de ter feito contatos com o ITC e com o Incra, sobre a possibilidade de terras públicas serem cedidas aos índios, que não resultaram em nada, surgiu por parte de Itaipu a possibilidade de ceder algumas terras, da faixa de segurança que rodeia o lago. Foi feito um levantamento pelo diretor do Departamento Jurídico de Itaipu, Paulo Cunha, que entrou em contato com o presidente da Comissão de Justiça e Paz do Paraná, Wagner D'Angelis: "Estas terras da faixa de segurança rodeiam o reservatório numa extensão de 200 km de Guaira a Foz do Iguaçu, e poderiam ser cedidas aos índios. Mas aí há um problema, porque a faixa só tem 300 metros de largura, o que é muito pouco".

Assim, novas consultas foram feitas ao Departamento Jurídico da Itaipu, e surgiu nova proposta: poderiam ser cedidos 80 hectares de terra na faixa de segurança, mais 20 hectares de terra agricultável no município de Santa Helena. Esses 20 hectares de terra ficariam no meio dos 80 da faixa de segurança, com 40 hectares de cada lado. Nesses 20 hectares os índios poderiam plantar e nos outros 80 construir suas casas, além de pescar no reservatório. Agora Wagner D'Angelis está esperando

que os índios conheçam a terra e decidam se querem ou não ficar com elas, enquanto que a Itaipu já mandou para a Funai uma planta do local. Para discutir isso, haverá hoje pela manhã uma reunião da Comissão de Justiça e Paz, Conselho Indigenista Missionário e Associação Nacional de Amparo ao Índio (Anai), além de alguns líderes indígenas, para discutir a questão. "Mesmo assim, diz Wagner, existe um problema, pois três das famílias foram consideradas não indígenas, apesar de depois o próprio presidente da Funai ter considerado um erro. Mas, legalmente, este erro continua e por isso, da Itaipu, dizem que até a Funai regularizar a situação, estas famílias não poderão tomar posse da terra. Ontem mesmo comuniquei isso a Funai e estamos aguardando resposta, que seria uma revisão do laudo antropológico".

TERRA NOVA PARA OS GUARANIS

Wagner D'Angelis considera a proposta um avanço. "porque no início diziam que não havia possibilidade de arrumar terras e agora já surgiu esta proposta". Na verdade, com a inundação de Barra do Ocaí pela represa, foi primeiramente feita uma proposta aos índios para se mudarem para a reserva do Rio das Cobras: "Só, diz Wagner, que isso na prática era impossível, uma vez que já havia outras famílias na reserva, lideradas por um cacique, enquanto os guaranis de Barra do Ocaí também tinham seu cacique. Além disso,

seria muita gente para pouca terra". Assim, no dia 14 de dezembro a Comissão de Justiça e Paz, Anai e Cimi levaram, juntamente com líderes indígenas, o problema à Funai.

O presidente da Funai prometeu, no prazo de um mês, encontrar uma solução e para isso faria contatos com o Incra, para ver a possibilidade das terras públicas, com o ITC e Itaipu. Enquanto isso o delegado regional da Funai, Harry Teles, também entrava em contato com os órgãos. "Na segunda-feira, conta Wagner, falei com a Funai, recebendo um comunicado de que o Incra, teria uma área pública (Fazenda Britânia) na região, mas que ela já estava prometida aos colonos de Itaipu que perderam as terras". Do ITC veio a resposta que não havia terras disponíveis e de Itaipu que havia algumas terras, "remanescentes descontínuos e quebrados".

Porém, após nova consulta o diretor do Departamento Jurídico, Paulo Cunha, descobriu que havia aquela área da faixa de segurança, "vindo então a proposta". Itaipu também se compromete a indenizar os índios pelas benfeitorias nas terras inundadas e providenciar o transporte. Assim, só falta os índios irem até as terras para dar a decisão. E também a Funai rever o laudo antropológico, que considera três das famílias não indígenas e para isso a comissão já contratou um antropólogo da Unicamp.